

MOÇÃO N. 027/2016

Autoria: Câmara Municipal de Vereadores.

Assunto: REPÚDIO a proposta apresentada e a forma em que o Governo do Estado de Mato Grosso vem tratando a reivindicação dos servidores públicos no que diz respeito ao pagamento da Revisão Geral Anual com o pagamento integral da recomposição da inflação de 11,28% em relação a 2015.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**

Apresentamos à Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis, ouvido o Soberano Plenário, **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao qual manifestam, de forma veemente, o repúdio ao Governo do Estado de Mato Grosso quando afirma que os servidores públicos não terão recomposição da inflação com a justificativa que “estourou” a Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual não haveria verba para pagar a Revisão Geral Anual com o pagamento integral da recomposição da inflação de 11,28% em relação a 2015.

Esta Augusta Casa de Leis representadas pelos Vereadores que a presente subscrevem, atesta que, desde o início do movimento, os servidores públicos do estado de Mato Grosso, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso – SINTEP, Sindicato dos Trabalhadores da Educação Superior do Estado de Mato Grosso – SINTESMAT, Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso – SINETRAN, Associação dos Docentes da UNEMAT – ADUNEMAT, Sindicato dos Fiscais Estaduais de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Mato Grosso – SINFA, Sindicato dos Trabalhadores Agrícola, Agrário e Pecuário de Mato Grosso – SINTAP e Sindicato dos Servidores da Saúde e Meio Ambiente - SISMA, insistiram em abrir o diálogo com o governo, tendo como resposta que o pagamento da Revisão Geral Anual iria comprometer os próximos salários dos servidores, que poderiam ainda sofrer atrasos, bem como, que a recomposição teria impacto de R\$ 628 milhões na folha salarial de 2016, uma vez que, 50,5% da receita do estado já é destinada atualmente ao pagamento de servidores, sendo que o limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é 49%.

Logo, muito embora tenha o Estado proposto o pagamento aos servidores, de forma parcelada, de 5% dos 11,28% da recomposição salarial da inflação de 2015, sendo a primeira parcela, de 2%, com previsão em setembro de 2016 e os outros 3% em janeiro de 2017, os servidores veemente rejeitam referida proposta.

Entretanto, é público e notório que o Estado de Mato Grosso está com previsão de arrecadação de R\$ 20 bilhões no corrente ano com registro de superávit no importe de R\$ 800 milhões somente no primeiro quadrimestre de 2016.

Ressalta-se que os servidores públicos utilizam-se de um direito constitucional para manifestar suas discordâncias em relação à forma em que o Estado vem tratando o pagamento da Revisão Geral Anual.

Diante do exposto esta Augusta Casa de Leis representadas pelos Vereadores manifestam, expressamente, no sentido do Governo estabelecer um processo de negociação efetiva com os servidores públicos, já.

Esperam-se que as medidas sejam tomadas para que o pagamento da Revisão Geral Anual obedeça a integralidade da recomposição da inflação no percentual de 11,28% em relação a 2015 e que seja efetivado ainda no exercício de 2016.

Ante o exposto e atendidas as formalidades regimentais, os Vereadores que a esta subscrevem REQUEREM que fique constando da Ata da Sessão Extraordinária de 15 de junho do ano em curso, esta MOÇÃO DE REPÚDIO, enviando-se cópia da presente ao Governo do Estado de Mato Grosso.

Plenário Vereador Arnaldo Corcino da Rocha.
Alta Floresta – MT., 14 de junho de 2016.